

A luta em defesa da educação pública e as repercussões na organização sindical: o caso da Rede Municipal de Belo Horizonte

*Maria da Consolação Rocha
& Wanderson Paiva Rocha**

Este artigo faz uma análise histórica da organização sindical da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME/BH), especialmente a partir dos anos 1980,¹ e está organizado em três partes. Na primeira apresentamos um breve histórico da constituição da RME/BH. Em seguida, um histórico da organização sindical do magistério público de Minas e dos debates sobre organização e estrutura sindical ocorridos nos sindicatos cutistas nas décadas de 1980 e 1990. Por fim, apresentamos os debates e as alternativas de organização dos/as trabalhadores/as da educação municipal da capital mineira dos anos 1970 a 2009.

A CONSTITUIÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte foi fundada em 1897 para sediar o governo mineiro transferido de Ouro Preto. Atualmente a capital mineira possui 2,4 milhões de habitantes, é organizada em nove regiões administrativas, desde 1985, e em 81 unidades de planejamento (UP), criadas em 1995, para o Plano Diretor da cidade daquele ano e utilizadas como referência do planejamento municipal, principalmente do Orçamento Participativo.

* Maria da Consolação Rocha, doutora em educação pela Universidade de São Paulo. E-mail: tuca564@ig.com.br. Wanderson Paiva Rocha, mestre em sociologia pela Universidade de Coimbra. E-mail: wprocha@ig.com.br.

1 O período anterior demanda um tempo maior de análise documental e entrevistas, sendo um ponto de estudo posterior.

QUADRO 1
PERFIL DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO DA RME/BH
(CONCURSADOS)

Especificação	2010
Professores municipais	10.280
Educadores infantis*	2.172
Pedagogos	197
Bibliotecários	43
Auxiliares de biblioteca	431
Auxiliares de escola	775
Auxiliares de secretaria	552
Total	14.450

Fonte: GLPI/Geoe/PBH, 2010.

* O cargo público efetivo de educador infantil foi transformado em cargo público efetivo de professor para a educação infantil pela Lei 10.572, de 13.12.2012.

As instituições públicas de educação mantidas pelo poder municipal formam a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME/BH), denominada por seus profissionais de Rede. Elas são coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (Smed), e organizadas como Sistema Municipal de Ensino.

A Rede conta com 252 instituições escolares, sendo 173 de ensino fundamental e médio e 79 exclusivas da educação infantil, nas quais são atendidos cerca de 170 mil estudantes, incluindo a educação de jovens e adultos.² São 14.450 trabalhadores/as em educação³ concursados, conforme Quadro 1, e mais de 5.000 terceirizados contratados pela Caixa Escolar,⁴ Associação Municipal de Assistência Social (Amas)⁵ e/ou convênios com instituições educacionais, dos quais 4.373 são filiados⁶ ao SindRede/BH (Rocha, 2011).

Em 1998, o município constituiu o Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte, criado pela Lei 7.543/98. Ele é composto por um órgão executivo, a Secretaria Municipal de Educação; um órgão normativo e fiscalizador, o Conselho Municipal de Educação (CME/BH); pelos estabelecimentos da rede municipal de ensino que atendem a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a EJA, e a educação especial; pelos estabelecimentos filantrópicos, confessionais, comunitários, e privados de educação infantil; e pelas conferências municipais de educação.

-
- 2 Dados disponíveis no portal www.pbh.gov.br e acessados em novembro de 2012.
- 3 Dados retirados da “Agenda da Educação – 2011”, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Ressalta-se que neste total estão incluídos/as os/as profissionais possuidores de dois cargos na Rede.
- 4 As Caixas Escolares das escolas municipais de Belo Horizonte foram criadas através do Decreto n. 327, de 12.08.1954, que dispunha sobre o Regulamento do ensino primário municipal, e tiveram suas funções modificadas, em 2008, pela Resolução Smed 0001/2008.
- 5 A Associação Municipal de Assistência Social (Amas) foi fundada em 26 de junho de 1979.
- 6 Dados disponibilizados, por e-mail, no dia 16 de abril de 2010, pelo SindRede/BH.

Diversas mudanças e rupturas ocorreram na política educacional da capital mineira desde a criação da primeira escola municipal em 1948, o Colégio Municipal de Belo Horizonte. Entre 1950 e 1960 houve um movimento de criação de escolas mantidas pelo poder público municipal, mas a expansão efetiva ocorreu na década de 1970, com a criação de 56 escolas, como parte de um conjunto de medidas, entre elas a aprovação da Lei 5.692/71, que reestruturou o funcionamento dos sistemas de ensino, com destaque para a municipalização do ensino de primeiro grau. Esse movimento de expansão manteve-se nas duas décadas seguintes, e no final da década de 1990 a Rede Municipal contava com 174 escolas (PBH/Smed, 2006).

Shirley Miranda (2000: 123), em sua pesquisa sobre a constituição da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte desde a fundação da cidade até 1992, aponta três momentos de ruptura no conteúdo e direcionamento das políticas educacionais na capital mineira. Em 1948 ocorreu o primeiro rompimento iniciado com o fim do “predomínio absoluto do governo estadual na gestão da educação pública no município”, particularmente com a conquista, em 1947, do direito de eleger diretamente prefeito e vereadores. O princípio da gratuidade do ensino era garantido a partir de padrões seletivos de ingressos nos ginásios e no ensino médio.

O segundo rompimento é iniciado na gestão municipal de 1971 e prolonga-se até 1982, momento marcado pelo “cerceamento dos direitos civis e políticos, resultantes da ditadura militar” (idem: 124). O ensino de primeiro grau é fixado como competência dos municípios. Há uma expansão e reestruturação da administração do ensino com a criação da Secretaria Municipal de Educação e do cadastro escolar. A escola é analisada a partir dos seus déficits e “os índices de retenção e evasão eram tomados como indicadores de produtividade e repercutiam nas medidas de adaptação dos sujeitos ao contexto escolar, suprindo carências e incapacidades.” (ibidem: 124).

Em seu trabalho, Miranda (2000: 82) destaca que apesar de todos os relatórios das gestões de prefeitos nomeados enfatizarem “a valorização do funcionalismo municipal como recurso para a melhoria dos serviços prestados”, é no período de 1971 a 1982 que se observa “a concretização de medidas que não recorriam, direta ou indiretamente, a reajustes salariais. As ações levadas a efeito operaram a recomposição do quadro administrativo da prefeitura, por meio do planejamento da carreira do funcionalismo”.

O terceiro momento ocorre a partir de 1982, no contexto de transição do Estado autoritário para o Estado de direito. Há um movimento de abertura da escola à participação popular com a criação do Colegiado Escolar e da Assembleia Escolar nas unidades de ensino e de inversão da lógica de análise do fracasso do aluno, que

passa a ser compreendida como um fracasso da escola na relação com as camadas populares. Em 1990, a Lei Orgânica do Município (LOM), então aprovada, avança no reconhecimento das exigências relacionadas à condição de vida, como o direito à alimentação, saúde, moradia; destina 30% da receita para a educação e define parâmetros da gestão democrática para as escolas. Para Miranda (2000), a gestão de 1989-1992, reflete esse novo contexto e aprofunda a diretriz que vinha sendo traçada na política educacional do município, aumenta os investimentos nas escolas, reforça os colegiados e as assembleias escolares,⁷ consolida a eleição para direção das escolas e incentiva a construção coletiva dos projetos político-pedagógicos, como instrumentos de gestão democrática e participação popular. A escola é vista, sobretudo, pelas suas potencialidades e não pelos seus déficits.

Os dois últimos momentos analisados por Miranda (2000) correspondem ao período de entrada de novos segmentos sociais no cenário político dos anos de 1970 e 1980, como os movimentos populares em defesa da melhoria das condições de vida, reivindicando saúde, educação, transporte e moradia; o novo sindicalismo que toma as ruas em defesa dos salários e da liberdade de organização nos locais de trabalho. A luta pela universalização do acesso à escola pública e da melhoria da sua qualidade torna-se uma bandeira dos movimentos populares, que vão participar do processo da Constituinte, dos debates da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e dos conflitos que envolvem a municipalização e o financiamento da educação (Azevedo, 2003: 97). Algumas administrações municipais constroem interlocução com os movimentos populares em resposta às demandas apresentadas (Calderón e Marin, 2003: 211).

O período compreendido de 1993 a 2007 pode ser organizado em três momentos distintos da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (Rocha, 2009). O primeiro corresponde ao período de 1993/1996, em que houve o fortalecimento da participação popular na definição de políticas públicas, através do orçamento participativo. Destaca-se a construção de um projeto político pedagógico de caráter inclusivo para a cidade, que demarcou uma contraposição com a conceção educacional vigente no período, cujo exemplo nacional era a política educacional do governo mineiro, o projeto Controle de Qualidade Total na Educação (CQTE). Nessa gestão a categoria consolidou direitos trabalhistas através da aprovação do Estatuto do Servidor e do Plano de Carreira da Educação, e o reco-

7 A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte definiu, em seu artigo 158, os colegiados e as assembleias escolares como instâncias máximas de deliberação das escolas municipais.

nhecimento político que a dívida com o servidor é uma dívida pública e não de uma gestão ou outra.

O segundo momento corresponde ao período de 1997/2000 quando é iniciado o processo de incorporação de conceitos de produtividade na gestão pública, da adequação da administração municipal às reformas federais, principalmente a previdenciária e administrativa, incorporando à avaliação de desempenho um caráter meritocrático. Contudo, houve avanços na gestão da educação ao criar o Sistema Municipal de Ensino e o Conselho Municipal de Educação. No entanto, a “imposição” da progressão automática dos/as estudantes e as alterações na organização escolar, que resultaram na redução do tempo coletivo e de pessoal nas escolas, em contradição com o projeto Escola Plural.⁸ O governo municipal evitou construir um processo popular de avaliação da Escola Plural, optando apenas pela avaliação externa institucional. Com isso, reduziu a disputa ideológica em torno de um projeto político pedagógico alternativo e abriu “brechas” para a adequação da RME-BH às políticas educacionais de orientação neoliberal.

O terceiro momento corresponde aos períodos de 2001/2008, cuja opção do governo foi de ataque aberto aos movimentos sociais para impor a sua política de retirada de direitos sociais e trabalhistas. No transcorrer dos debates observamos que a postura do governo municipal nos fóruns da cidade sofreu uma inflexão. Houve, de forma sistemática, um desrespeito às decisões coletivas que contrariavam as políticas oficiais, com perseguição dos/das que divergiam das políticas da administração. De espaços públicos de debate da política educacional, os fóruns passam a ser espaços de submissão à política da Smed.

As mudanças ocorridas, sobretudo nos anos de 2005 a 2007, culminaram com a intensificação do processo de controle da gestão escolar, através da criação do Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE); a implantação de políticas remuneratórias de cunho meritocrático; o aumento de processos administrativos na Corregedoria Geral do Município com punições e demissões; a intensificação das punições devido às mobilizações reivindicatórias; a alteração do período de férias docentes. O governo municipal tentou ainda impedir a organização sindical da categoria através da retenção do valor correspondente ao desconto em folha dos/as filiados/as do SindRede/BH, da intervenção no Ministério do Trabalho (MTE) para impedir

8 A Prefeitura de Belo Horizonte, através da Secretaria Municipal de Educação, implementou, em 1995, o projeto chamado Escola Plural, com dois princípios fundamentais – o direito à educação e a construção de uma escola inclusiva.

o registro sindical e a não liberação de membros da diretoria para o exercício do mandato sindical.⁹

Essas mudanças envolvem ainda a ausência de um projeto político-pedagógico e a proliferação de programas educacionais desarticulados entre si (Escola Integrada, ProJovem, BH para Crianças, Programa Família-Escola, Escola Aberta, Projeto de Ação Pedagógica – PAP, Programa Rede pela Paz, Monitoramento da Aprendizagem, Avalia BH) e que contam com uma diversidade de profissionais com diferentes vínculos trabalhistas (concursados e terceirizados) e estagiários.

A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELO HORIZONTE

A ORGANIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA MINEIRA

As associações de docentes e de demais profissionais do setor educacional, são antigas no Brasil, e surgiram nos anos 1930 e 1940, simultaneamente à própria organização das redes de ensino público. Até a década de 1950, mesmo realizando greves, o traço marcante dessas entidades era o sindicalismo de tipo “profissional” e o assistencialismo. Na década de 1970, com a crise do ensino e do regime militar e com o ressurgimento do movimento sindical em nível nacional, houve alterações desse modelo sindical.

Em Minas Gerais, a organização do magistério primário, majoritariamente feminino, é um caso emblemático. Em 1931 foi fundada a Associação dos Professores Primários de Minas Gerais (APPMG), com caráter assistencialista, mas que foi, paulatinamente, organizando as lutas pelas melhorias das condições salariais das professoras. Naquele ano, ocorreu um movimento vitorioso contra a proposta de redução do salário, apresentada pelo governo do estado. A APPMG engajou-se na luta pelo voto feminino e pela aposentadoria especial do magistério, iniciada em 1931 e conquistada em 1946 (Nunes, 2003).

9 O SindRede/BH realizou diversas denúncias junto ao Ministério Público, à OIT, além de recorrer a medidas judiciais para garantir o direito de organização sindical da categoria. A carta sindical foi liberada pelo Ministério do Trabalho em 2009. Apesar disso, a PBH manteve sua postura de desrespeito à organização sindical. Exemplo disso é o fato dos/as representantes eleitos/as, em 2008, para o Conselho do Fundeb, serem nomeados pelo governo somente no final de 2010.

Durante a década de 1950 a entidade organizou cinco greves, como o “Movimento de Desagrado”, iniciado na capital, em 1953, e acompanhado por professores/as de cidades do interior em 1954, durante os meses de agosto a novembro, cuja reivindicação era o vencimento acima do salário mínimo. Monlevade (2000) destaca essa vitoriosa greve das professoras primárias mineiras, de 1954, quando conquistaram o salário de 2.500 cruzeiros, ao enfrentarem Juscelino Kubistchek, cuja proposta era de conceder somente 1.650 cruzeiros. O governo cedeu, mas pagou o salário reivindicado, somente em fevereiro de 1955.

Em 1955, ocorreu o primeiro movimento estadual, liderado por Ana Coroaci, contando com a presença de quatro mil professoras nas assembleias. No ano seguinte, nova luta pela equiparação salarial, e em 1959 mais uma greve estadual, com a reivindicação do plano de carreira para o magistério. A greve teve grande adesão, e devido à sua longa duração, os/as estudantes foram aprovados por decreto, pelo governador. Na década de 1960, ocorreram duas greves seguidas, em 1968 e 1969, pelo pagamento em dia, pois em alguns municípios as professoras primárias ficaram de seis meses a um ano sem receber os salários (Bonacini, 1992). Na década de 1970, a histórica greve de 1979 deu origem à União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE/MG). Nos anos de 1980, novos movimentos foram organizados, a partir daquele período, sob a liderança da UTE/MG, posteriormente Sind-UTE/MG. Praticamente todos os anos, as reivindicações versavam sobre a realização do concurso público, a implantação do piso salarial, a definição de uma política salarial, a eleição direta para as direções de escola e em repúdio ao processo de municipalização do ensino.

Irma Bonacini (1992: 7) ressalta que os problemas vivenciados pelo magistério mineiro eram comuns aos/as educadores/as de outros estados como “salários baixos; falta de estabilidade; a não existência de um quadro de carreira; não cumprimento de lei do pagamento por habilitação; a não regulamentação do estatuto do magistério; concursos atrasados”. Esse quadro propiciou a generalização das greves da educação pelo país, envolvendo as redes estaduais do Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, e unificou os/as trabalhadores/as em educação com outros segmentos da classe trabalhadora na luta por melhores condições de vida.

A organização nacional do magistério primário era articulada através da Confederação dos Professores Públicos do Brasil (CPPB), fundada em 1960. A entidade passou por diversas mudanças e, em 1972, devido à nova organização da educação nacional, ocorreu a unificação com o magistério do ensino secundário e passou a chamar-se Confederação dos Professores Brasileiros (CPB). Em 1981 houve um processo de ruptura da CPB, pois alguns setores não confiavam mais na entidade.

Esses setores decidiram criar a União Nacional dos Trabalhadores em Educação (Unate), não tendo participado do congresso da CPB de 1981. Esse movimento de dissidência repercutiu na estrutura e postura da CPB, e em 1982, no Congresso de Goiânia, houve o retorno dos dissidentes da Unate à CPB, em nome da unidade.

No período de 1982 a 1988, a CPB consolidou-se como uma entidade federativa e capaz de articular nacionalmente o sindicalismo docente. Uma entidade nacional importante, integrada aos grandes movimentos do país, como a luta pela redemocratização política, o movimento das “Diretas-Já”, a atuação na Constituinte, através da apresentação de propostas, e articulando dois movimentos reivindicatórios: as mobilizações estaduais por melhores salários e a reivindicação nacional pela carreira única, com piso salarial nacional.

Com o direito de sindicalização dos servidores públicos, as antigas associações do magistério tornam-se sindicatos. Diversas entidades educacionais já englobavam em sua organização docentes, especialistas, diretores e funcionários, denominados trabalhadores/as em educação. Em 1989, a CPB tornou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e incorporou o conjunto dos/as trabalhadores/as que atuam na educação básica no setor público.

OS DEBATES SOBRE A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA SINDICAL NO BRASIL

As décadas de 1980 e 1990 foram fecundas no debate organizativo do movimento sindical brasileiro. A CUT – à qual a UTE/MG e, posteriormente, o SindUTE/MG filiaram-se – nasceu da luta pela liberdade de organização sindical combinada com a luta contra a ditadura militar. Naquele período, o que passou a ser denominado o novo sindicalismo brasileiro, declarou guerra à estrutura sindical oficial, conforme pode ser observado nas resoluções aprovadas nos congressos e plenárias cutistas. No entanto, não foram tomadas as iniciativas políticas gerais e as medidas práticas necessárias para dar conta dessa proposta, entre elas a adoção por parte dos sindicatos dos mecanismos da proporcionalidade direta e qualificada para a composição das suas direções, a livre contribuição de seus associados, o rodízio de direções com limites de mandados.

Pelo contrário, os sindicatos cutistas foram se acomodando cada vez à estrutura sindical getulista, incorporando, até mesmo a CUT, o imposto sindical às suas receitas. Essa coexistência pacífica impediu a consolidação de um autêntico sindicalismo de luta, de massas, pela base e democrático.

Como parte deste processo, estava presente o debate sobre a liberdade de organização sindical, o direito de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho,

o fim do “monopólio de representação”, e a organização por ramos de atividade econômica.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 passamos a viver uma nova fase do processo de construção sindical no Brasil. Apesar de não termos conquistado o direito a plena autonomia e liberdade sindicais, pois permanecem restrições no texto constitucional, entre as quais destacamos a unicidade sindical e a contribuição sindical obrigatória, abriu-se um forte debate sobre a organização sindical em geral, e no setor público em particular, envolvendo a temática da organização por ramo de atividade econômica.

A cartilha *A nova estrutura sindical e a organização dos servidores* (1989: 5), publicada por militantes da CUT pela Base, compreende o “ramo de atividade econômica a partir da natureza do trabalho coletivo, isto é, são trabalhadores de um mesmo ramo aqueles cujo trabalho tem uma mesma destinação”. E apresenta uma proposta de organização por ramo de atividades nos quais os/as trabalhadores/as do setor público poderiam estar inseridos: educação, saúde, administração pública e desenvolvimento, bancários, indústrias de servidores urbanos, transportes, químicos, Legislativo, Judiciário.

No campo educacional, diferentes setores sociais, defendiam unificar nacionalmente os/as trabalhadores/as da área, envolvendo a educação básica e a educação superior, o setor público e o setor privado, ou seja, uma organização sindical por ramo de atividade – a educação. Para esses setores, no contexto de construção da democracia política e social do país, a

[...] valorização do professor passava necessariamente pela unificação de todos os trabalhadores em educação, [...] pela defesa da escola pública, pelo piso salarial profissional, pela carreira unificada e pela formação profissional inicial e continuada sob responsabilidade dos poderes públicos (Monlevade, 2000: 56).

Para iniciar o processo de construção dos sindicatos por ramo de atividade econômica propunham a criação de departamentos estaduais e nacionais como primeiro elemento unificador do ramo, a organização de congressos para consolidar a existência dos ramos de atividades nacionais. É a partir desta concepção que foi criado o Departamento Nacional de Educação da CUT, congregando as entidades do setor na educação básica e no ensino superior, de docentes e funcionários.

Entretanto, ao longo dos anos, esta proposição foi abandonada, e o que temos hoje são sindicatos e confederações distintas que representam a educação básica no setor público (CNTE); a educação superior (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes/SN); o setor privado (Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Ensino – ConTEE), os funcionários

rios da educação superior (Fasubra).¹⁰ Entre as possíveis explicações para o fracasso dessa proposta, Monlevade (2000) aponta o pouco interesse dos/as professores/as universitários/as em lutarem por um piso salarial profissional nacional e as disputas de base entre a ConTEE e a CNTE.

Cabe destacar que em 1995, a partir da aprovação na 7^a Plenária Nacional da CUT da resolução sobre Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), conhecido na base da Central como “sindicato orgânico”, a entidade formulou o documento “Projeto de reforma da Constituição e transição da estrutura sindical”. Diante da baixa confiança política interna a proposição da organicidade sindical acabou não sendo implementada.

A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (SindRede/BH) é a representação sindical dos/as profissionais da educação municipal de Belo Horizonte, concursados e/ou terceirizados pelo Caixa Escolar. O SindRede/BH conta com uma diretoria colegiada composta por trinta membros, sendo vinte e quatro titulares e seis suplentes, com o mandato de três anos, permitindo apenas uma recondução consecutiva, eleita de forma proporcional pelos filiados/as.¹¹

Durante as décadas de 1970 e 1980, os/as trabalhadores/as da educação pública mineira eram sindicalizados em entidades organizadas por segmentos ocupacionais, como a Associação dos Orientadores Educacionais (Aoemig), a Associação dos Supervisores Pedagógicos (Amisp), a Associação dos Diretores e Vice-Diretores (Advem), e, em entidades gerais como a Associação de Professores Públicos de Minas Gerais (APPMG), e a União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE/MG).

Os diversos segmentos profissionais da Rede Municipal de Belo Horizonte (RMEBH) eram representados por estas entidades, mas o corpo docente que atuava no que hoje denominamos anos iniciais do ensino fundamental era representado pela APPMG e a UTE/MG. Havia ainda, a Associação dos Professores Municipais

10 Durante o governo, Lula foi criada outra entidade sindical para disputar a base do Andes-SN, o Professores das Universidades e Institutos Federais (Proifes – Federação).

11 Optamos aqui analisar o período que compreende até a primeira gestão do SindRede/BH (2006/2009).

(APM) que representava os docentes do antigo Colégio Municipal (em suas três unidades: São Cristóvão, Marconi e Salgado Filho), posteriormente transformada no Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Belo Horizonte (Sintep/BH).

A partir de 1980, a organização sindical da Rede passou a ser, majoritariamente, na UTE/MG, sem contudo, deixar de existir um movimento interno na categoria em defesa da criação de um sindicato próprio.

Em 1990, foi realizado o congresso de unificação das entidades acima citadas, criando o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SindUTE/MG). Ao alegar divergências, a APPMG, no último momento, optou por transformar-se em fundação cultural e não integrar o novo sindicato dos/as profissionais da educação pública mineira.

A direção da nova entidade foi formada por composição garantida a participação de todas as forças políticas, mas o estatuto da nova entidade não incorporou a proporcionalidade nas eleições sindicais. Por isso, na primeira eleição do SindUTE/MG a oposição ficou fora da direção estadual, mas conseguiu garantir presença nas subsedes de Belo Horizonte, na Direção Colegiada da Rede Municipal de BH e em algumas subsedes do interior do estado.

A proporcionalidade direta e qualificada na composição da direção estadual e das subsedes do SindUTE/MG é um tema polêmico permanente entre a oposição e a Articulação Sindical nos congressos estaduais da entidade. Ela foi aprovada somente no Congresso de Juiz de Fora (1993) nos moldes estabelecidos no estatuto da CUT¹² que prevê a exigência de no mínimo 20% de votos em caso de duas chapas e 10% em caso de três chapas, mas foi retirada do estatuto no Congresso de Itajubá, em 1997. Ou seja, somente a gestão de 1994/1998 foi eleita a partir do critério da proporcionalidade. Na ocasião foi realizada a primeira prévia cutista para formação da chapa para a diretoria estadual que contou com a participação da Articulação Sindical¹³ Corrente Sindical Classista, CUT pela Base e Independentes. A militância da Convergência Socialista optou por não participar das prévias e concorrer com chapa própria, ficando fora da direção por ter alcançado 18% dos votos.¹³ Na eleição de 1998 a oposição, diante da ausência da propor-

12 Nas referências bibliográficas, apresentamos artigos que versam sobre a história das forças políticas que participavam da CUT, assim como endereços eletrônicos das atuais articulações do movimento sindical brasileiro.

13 Nas eleições de 1994, a Convergência Socialista disputou com chapa própria também a Diretoria Colegiada da Rede Municipal e elegeu três representantes.

cionalidade, convocou as prévias cutistas e disputou, unificadamente, as eleições obtendo 42% dos votos.¹⁴

O SindUTE/MG incorporou a estrutura da UTE/MG: a organização por sub-sedes, a diretoria estadual e o conselho geral. No caso de Belo Horizonte nunca foi “autorizada”, nos congressos estaduais, a criação de uma subsede na cidade, apesar do grande número de filiados/as. Por isso, a proposta organizativa para a capital mineira aprovada no congresso de unificação foi a constituição de seis subsedes regionais (Amazonas, Barreiro, Centro-Sul, Floresta, Padre Eustáquio e Venda Nova). Por ser o polo aglutinador da oposição, a opção do setor majoritário pela fragmentação organizativa na capital tinha como objetivo dificultar o crescimento da oposição sindical. Cabe destacar que pesaram na aprovação da proposta o fato da região de Venda Nova ter-se constituído enquanto uma subsede a partir de 1988 com a aprovação no congresso estadual de Uberlândia, e o apoio de setores da oposição à pulverização organizativa vislumbrando seu crescimento específico.

A UTE/MG e, posteriormente, o SindUTE/MG, desenvolveram experiências de organização das redes municipais através das subsedes unificadas com a rede estadual e do Departamento das Redes Municipais, inclusive com a realização de encontros estaduais e acompanhamento das greves e negociações. Mas, o formato de organização das redes municipais sempre foi um gargalo no SindUTE/MG e na CNTE, convivendo com uma diversidade de experiências no país afora e em Minas, que envolvem desde a vinculação ao funcionalismo municipal como o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa); à existência de sindicatos próprios à exemplo do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (Simpeem/SP) em São Paulo; à organização com a rede particular, como é o caso do Sindicato dos Professores de Juiz de Fora (Sinpro/JF); ou em Subsedes conjuntas com a rede estadual, como são organizadas as redes municipais de Governador Valadares, Contagem e Betim.

No caso de Belo Horizonte, diante da inexistência de uma subsede unificada na cidade, a Rede era organizada por um grupo de diretores da UTE/MG, que posteriormente incorporou militantes de base da categoria. Após a criação do SindUTE/MG, o primeiro congresso da Rede, realizado em 1991, criou a Diretoria Colegiada Municipal, constituída de nove diretores, com autonomia política, ficando a questão da autonomia financeira deliberativa para posterior discussão. A Diretoria

14 Nas eleições seguintes a oposição alcançou entre 30% a 40% dos votos nas eleições para a direção estadual, elegeu diversos membros do Conselho Geral e conquistou subsedes no interior e na capital.

Colegiada Municipal foi eleita naquele ano¹⁵ em chapa única, composta por militantes da CUT pela Base, Convergência Socialista, Corrente Sindical Classista e Independentes, e ocupava uma sala na sede central do sindicato.

O debate sobre a organização sindical da Rede foi retomado, com muito vigor, durante a gestão 1994-1996, devido a três questões centrais. A primeira, diante das divergências de funcionamento administrativo entre a Direção Colegiada da Rede Municipal e a Diretoria Estadual do SindUTE/MG. Em 1995, a Diretoria Colegiada da Rede Municipal reivindicou, a partir de decisão congressual, total autonomia sobre os recursos financeiros oriundos dos/as filiados/as da Rede. A diretoria estadual, sob pressão da base, concordou, mas designou um membro para ser responsável por esse acompanhamento e passou a cobrar aluguel das duas salas utilizadas pela categoria na sede central da entidade. A segunda envolveu as diferentes visões sobre a gestão sindical e a relação partido/sindicato entre membros da Direção Colegiada, composta pela CUT pela Base, Movimento por uma Tendência Socialista, Corrente Sindical Classista, e Independentes. E por fim, as divergências de uma grande parcela da categoria com a conduta política da maioria da direção estadual do SindUTE/MG, vinculada à Articulação Sindical, que se posicionava contra as greves realizadas pela categoria durante a gestão da Frente BH Popular (1992/1996).

Dante desses conflitos, em 1995, um grupo de militantes da Corrente Sindical Classista apresentou a proposta de criação do Sindicato da Rede, através da cartilha intitulada “O sindicato que queremos: proposta de criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Municipal de BH”, na qual propunha os seguintes encaminhamentos para a constituição do novo sindicato:

- a. a realização de um Plebiscito da categoria, com filiados e não filiados, até março de 1996, para referendo ou não da proposta;
- b. em caso de referendo da criação de um novo sindicato, a eleição de uma comissão pró sindicato próprio em Assembleia para encaminhar a discussão de estatutos e procedimentos jurídicos e administrativos;
- c. a permanência no SindUTE/MG até a construção da nova entidade.

Os demais setores da Diretoria Colegiada defendiam a criação da Subsede da Rede Municipal de Belo Horizonte dentro do SindUTE/MG para resolver os problemas referentes à autonomia administrativa e financeira.

15 A Diretoria Colegiada era eleita somente pelos/as filiados/as da Rede Municipal de Belo Horizonte.

Neste sentido, o IV Congresso da Rede, realizado em outubro daquele ano, foi pautado pela temática da organização e estrutura sindical. O congresso definiu pela criação da subsede da Rede Municipal de BH, consolidada em março de 1996¹⁶ e dirigida pela Direção Colegiada do mandato em curso; e aprovou a realização do “Fórum de Estrutura e Organização da Subsede da Rede Municipal de Belo Horizonte – Sind-UTE” para discutir e deliberar sobre a estrutura e organização da Rede e a questão do sindicato orgânico à CUT.

Anteriormente à realização do fórum, defensores das duas posições, de manter-se no SindUTE/MG ou criar o sindicato próprio, realizaram reuniões com a militantes de base, coleta de assinaturas para manifestos e divulgaram suas proposições através de documentos assinados como “Movimento pró Sindicato da Rede” e “Pela unidade dos trabalhadores em educação no Sind-UTE/MG”.

O fórum ocorreu em agosto de 1996, com a publicação de um caderno com seis textos que versam sobre conjuntura, organização sindical e a Resolução da VII Plenária Nacional da CUT sobre “Organização sindical: construindo o modelo sindical cutista”.

Por uma diferença de apenas doze votos, prevaleceu a permanência da Rede no SindUTE/MG. As resoluções organizativas incorporaram diversos elementos de crítica ao burocratismo sindical e de construção de uma nova cultura no movimento operário, presentes no movimento cutista e nos debates internos do SindUTE/MG nas disputas políticas de concepção e prática sindical: proporcionalidade direta e qualificada para a composição das direções, o máximo de dois mandatos consecutivos, revogabilidade de mandatos, transparência financeira, presença dos dirigentes nos seus locais de trabalho. Os/as delegados/as recusaram a proposta de sindicato orgânico da CUT.

A partir da criação da Subsede da Rede Municipal ampliaram-se as divergências administrativas com a direção estadual do SindUTE/MG, pois a Rede passou a ter conta própria, a receber diretamente a contribuição mensal dos filiados e a construir seu próprio patrimônio, apesar de continuar funcionando na sede central. Isso gerou uma forte pressão e para evitar maiores problemas foi alugada uma casa para sediar a Subsede da Rede e realizado um acordo financeiro com a diretoria estadual SindUTE/MG.

Nas eleições de 1998, apesar da retirada da proporcionalidade do estatuto do SindUTE/MG no Congresso de Itajubá (1997), esse mecanismo foi aplicado na

16 A criação da Subsede da Rede Municipal foi referendada no congresso estadual de Diamantina, realizado em 1995.

composição da nova direção da Subsede da Rede Municipal. Três chapas concorreram às eleições: Redescobrir (Corrente Sindical Classista/Independentes), Luta e Oposição (Movimento por uma Tendência Socialista/Independentes), Coerência e Mobilização (CUT pela Base/Independentes). Entretanto, a chapa Redescobrir divulgou em seu material de campanha sua divergência com a proporcionalidade, e após as eleições optou por não participar da nova gestão e divulgou o seguinte documento “*Chapa 1 – Redescobrir estará fora da próxima diretoria*” cujo objetivo era “[...] confirmar e reafirmar a nossa decisão manifesta de não participarmos da Diretoria através da proporcionalidade”. Diante disso, os cargos foram redistribuídos, de acordo com a proporcionalidade, às outras duas chapas que assumiram a gestão de 1998/2000.

Nas eleições de 2000, as prévias não foram encaminhadas, apesar de aprovadas no IV Congresso da Rede (2000), e nem a proporcionalidade foi aplicada sob a alegação de cumprimento do estatuto do SindUTE/MG, no qual este mecanismo não havia sido incorporado no Congresso Estadual, ocorrido em Araxá (1999). Na ocasião, duas chapas disputaram as eleições: SindUTE pela Base – Autonomia e Democracia (CUT Socialista e Democrática – CSD – e Independentes) que alcançou 42% dos votos válidos; Unidade, Democracia e Luta (Tendência Marxista, Corrente Sindical Classista e Movimento por uma Tendência Socialista), que alcançou 58%, ficando como direção.

Nas eleições de 2003, uma parte da diretoria da gestão de 2000/2003, formada por militantes da Tendência Marxista e da Corrente Sindical Classista, optou pela não participação nas prévias convocadas e lançou uma chapa própria (Mudança na Rede). Dois setores participam das prévias: um composto por militantes do PSTU/Independentes e com membros na diretoria (Fortalecer) outro, formado por militantes da CSD e Independentes (Coletivo Travessia) que havia ficado fora da direção da Subsede na gestão anterior. A partir do resultado proporcional aferido nas prévias foi formada a “Chapa da Rede”, para a disputa das eleições gerais na Subsede da Rede Municipal, vencendo por uma diferença de aproximadamente 500 votos a chapa Mudança na Rede.

No que diz respeito ao debate político sobre a relação movimentos sociais e governos, a experiência de Belo Horizonte, com a realização de greves contra as políticas dos governos do campo democrático-popular, com forte presença do PT, seja à frente do executivo municipal ou em cargos centrais da PBH desde 1993, explicitaram as divergências de encaminhamentos da direção da Subsede da Rede e da direção estadual do SindUTE/MG.

Diversos foram os conflitos e diferenças de encaminhamentos, mas certamente o momento mais crítico ocorreu em 2000, quando o governo municipal ajui-zou uma ação pela ilegalidade da greve. O movimento grevista realizou um ato com presença de dirigentes estaduais e nacionais da CUT e de várias entidades sindicais e populares em apoio ao direito de greve. Contudo, não contou com a presença, no evento, da direção estadual do SindUTE/MG, nem mesmo de seu coordenador geral, que é um professor da Rede.

Tal fato demonstrou a incompreensão da direção estadual não somente em relação à luta pelo direito de greve, mas às consequências para a própria entidade que representa a rede estadual e diversas redes municipais, de ter uma greve em sua base sindical considerada ilegal. O fato reacendeu o debate sobre a permanência ou não da Rede no SindUTE/MG.

Além disso, a questão financeira continuou sendo um ponto de divergência agravado com a decisão da categoria de suspender o repasse¹⁷ para a sede central, tensionando as já fragilizadas relações políticas da militância da Rede com a direção estadual SindUTE/MG.

Aos fatos locais agregam-se as mudanças ocorridas no país durante os governos Collor e FHC, a partir das privatizações, das reformas administrativa, previdenciária e educacional, e da crise do movimento sindical cutista que se aprofunda com a chegada de Lula à Presidência da República. O setor majoritário, formado pela Articulação Sindical, questionado por diversos setores da Central por sua postura de baixo enfrentamento com o governo FHC, realiza rapidamente uma profunda aproximação com o governo federal, inclusive ocupando cargos de destaque, desta forma provocando um novo realinhamento do movimento sindical e político brasileiro.

A reforma da Previdência Social é exemplar, pois culminou com a expulsão de parlamentares do PT por votarem contra o projeto, bem como a ruptura de setores da CUT contrários à posição dúbia da entidade em relação a tema tão im-

17 A suspensão do repasse para a sede central ocorreu durante a gestão 2003/2006 e foi utilizada pela direção estadual para impedir a participação de filiados/as da subsede da Rede Municipal no congresso estadual de 2006. A distribuição da contribuição sindical era realizada da seguinte forma: 30% da sede central; 10% para a CUT; 1% para CNTE; 0,5% para o Dieese, além do percentual referente ao rateio das despesas comuns do sindicato. A sede central era responsável pelo recebimento das contribuições da rede estadual e os devidos repasses às subsedes.

portante para a classe trabalhadora. As divergências de condução da ação sindical diante do governo Lula levaram diversos grupos políticos ao rompimento com a CUT, articulando em 2004 a Conlutas¹⁷, 2005, a Intersindical¹⁸, em 2007, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)¹⁹ e militantes da Rede participaram dos processos de organização dessas novas entidades do movimento sindical brasileiro.

É nesse contexto de críticas à estrutura e organização sindical e à relação do sindicalismo brasileiro combativo com os governos do campo democrático-popular, que o VII Congresso da Rede, realizado em 2003, debateu novamente a polêmica do sindicato próprio e decidiu a realização de um plebiscito com todos os/as trabalhadores/as, sobre a melhor forma de organização da Rede: sindicato próprio ou a permanência no SindUTE/MG.

Todas as forças políticas que compunham a diretoria da Subsede da Rede na gestão 2003/2006 defenderam a criação do novo sindicato. No final de 2005 foi confirmada, em plebiscito com a aprovação de 85%, a posição de construir uma entidade sindical própria, e no VIII Congresso da Rede, realizado em março de 2006, foi fundado o SindRede/BH, representando todos/as os/as profissionais da educação pública municipal de BH. A diretoria da gestão 2003/2006 permaneceu como direção provisória responsável pela legalização da nova entidade e o encaminhamento do processo eleitoral.

O Congresso aprovou o Estatuto da entidade e reafirmou princípios defendidos pela categoria ao longo de sua história organizativa na UTE/MG e no SindUTE/MG tais como: uma entidade de caráter sindical e sem fins lucrativos, que combate as discriminações (relativas à raça, credo religioso, gênero ou convicção política ou ideológica); a independência e autonomia diante de outras organizações e partidos políticos, entidades patronais e o Estado; a revogabilidade dos mandatos individuais e coletivos; o respeito à unidade, à democracia de base do movimento; a proporcionalidade na base para a composição da direção sindical; o limite de uma recondução consecutiva na diretoria; acompanhar o processo de rearticulação do movimento sindical brasileiro participando das diversas experiências organizativas em curso (Conlutas, Intersindical e outras).¹⁸

18 No IX Congresso, realizado em 2008, foi aprovada por um voto de diferença a filiação experimental à Conlutas, mas mantida a resolução de acompanhamento das demais experiências organizativas do movimento sindical brasileiro.

QUADRO 2
ORGANIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
UTE/MG – SINDUTE/MG – SINDREDE/BH

Até 1991	De 1992 a 1995	De 1996 a 2005	A partir de 2006
<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Departamento das Redes Municipais. <input type="checkbox"/> Aprovação no I Congresso da Rede da constituição da Diretoria Colegiada da Rede Municipal de Belo Horizonte. <input type="checkbox"/> Eleição da primeira Diretoria Colegiada da Rede Municipal de Belo Horizonte. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Gestão da Diretoria Colegiada da Rede Municipal de Belo Horizonte de 1991/1995.* <input type="checkbox"/> Eleição da segunda Diretoria Colegiada da Rede Municipal de Belo Horizonte gestão 1995/1998. <input type="checkbox"/> Aprovação no IV Congresso da Rede, referendada no III Congresso Estadual do SindUTE/MG, da criação da Subsede da Rede Municipal de Belo Horizonte. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Constituição da Subsede da Rede Municipal de Belo Horizonte. <input type="checkbox"/> Realização do “Fórum de Estrutura e Organização da Subsede da Rede Municipal de Belo Horizonte – SindUTE/MG”, em 1996. <input type="checkbox"/> VII Congresso da Rede, 2003, aprova realização de plebiscito da categoria para definir sobre organização sindical. <input type="checkbox"/> Realização do Plebiscito sobre organização sindical em 2005, que aprova a criação de um novo sindicato. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O VIII Congresso da Rede, em março de 2006, aprova a criação do SindRede/BH. <input type="checkbox"/> A gestão 2003/2006 permanece como direção provisória da nova entidade com a responsabilidade de legalizar o novo sindicato e convocar as eleições gerais. <input type="checkbox"/> Eleição da primeira diretoria e conselho fiscal do SindRede/BH para a gestão 2006/2009. <input type="checkbox"/> Enfrentamentos com o governo Pimentel para a consolidação da nova entidade.

* As eleições gerais do SindUTE/MG previstas para o final de 1994 foram adiadas pelo Conselho Geral da Entidade e realizadas em março de 1995.

Esses critérios mantiveram, de forma equilibrada, todas as forças e correntes sindicais que participaram das eleições na direção da entidade,¹⁹ na primeira gestão do SindRede/BH (2006/2009): Mudança na Rede, Fortalecer e Coletivo Travessia.²⁰

No processo de consolidação do SindRede/BH, a categoria enfrentou um grande atraso na liberação de sua Carta Sindical junto ao Ministério do Trabalho, e este fato foi utilizado pelo governo Pimentel²¹ para suspender o repasse da contribuição de filiados/as, feito mediante o desconto em folha. Sem o repasse, a gestão 2006/2009, enfrentou uma grave crise financeira, mas, com o apoio da categoria e de diversas entidades sindicais, locais e nacionais, conseguiu manter a sede própria da entidade, garantir o pagamento mensal dos salários de funcionários/as, e manter a contribuição sindical através de débito bancário automático autorizado por cada

19 Nas eleições para a gestão 2009/2012 houve uma polêmica sobre a aplicação da proporcionalidade que não será tratada neste artigo.

20 Os agrupamentos políticos permaneceram, em grande medida, com a mesma composição. A maior alteração ocorreu com o Coletivo Travessia que passou a incorporar militantes do Partido Socialismo e Liberdade (Psol) com atuação sindical na Conlutas e na Intersindical, e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de militantes independentes.

21 Fernando Damata Pimentel foi prefeito de Belo Horizonte pelo Partido dos Trabalhadores de novembro de 2002 até 1º de janeiro de 2009.

filiado/a. Essa continua sendo a forma com que o SindRede/BH conserva seus rendimentos,²² sem depender financeira ou administrativamente do governo.

A redução da liberação sindical remunerada concedida pela PBH para o conjunto da diretoria foi outra tentativa de golpe durante o governo Pimentel a partir de 2003. Após várias negociações houve a manutenção do mesmo número de liberações anteriores, dezoito cargos,²³ apesar da diretoria de 2003/2006 ser composta por vinte e quatro membros efetivos. Em 2006, na primeira gestão do SindRede/BH (2006/2009), as liberações foram limitadas a quatro pessoas. Tal fato levou o sindicato a entrar com ação jurídica coletiva como forma de garantir as liberações para o exercício do mandato sindical, sendo vitorioso nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do sistema municipal de ensino de Belo Horizonte coincidiu com o processo de redemocratização do país e com as jornadas em defesa da escola pública no Brasil nas últimas décadas, desenvolvidas pelos setores progressistas da sociedade. Desta forma, a luta dos/as trabalhadores em educação da capital mineira é parte da luta geral da classe trabalhadora, e, apesar de tempos/espaços específicos, ela influencia e/ou é influenciada por uma conjuntura mais ampla que perpassa os movimentos sociais (Calderón e Marin, 2003).

A Rede passou por diversas formas de organização, contudo manteve a tradição de definir as suas reivindicações e lutas em assembleias unitárias e, desde a década de 1970, busca elaborar pautas unificadas com os demais setores do funcionalismo municipal.²⁴

Destacamos como principais características do movimento de resistência da Rede, a sua trajetória democrática e plural, a sua capacidade organizativa através da constituição de uma direção intermediária do movimento, uma militância de base.

22 Ressalta-se que ainda existe um pequeno número de filiados, entorno de 200, que repassam a contribuição sindical através do desconto em folha, garantida por ação judicial.

23 Na Prefeitura de Belo Horizonte a matrícula profissional é chamada de Boletim de Matrícula (BM). A liberação sindical era solicitada para apenas um cargo por pessoa como forma de manter o/a dirigente com uma jornada de trabalho dentro da escola. Na Prefeitura de Belo Horizonte a matrícula profissional é chamada de Boletim de Matrícula (BM)

24 No Ato das Disposições Transitórias da LOM/BH encontramos: “Art. 7º - Enquanto não editada a lei prevista no art. 49 da Lei Orgânica, a revisão da remuneração do servidor público se fará no mês de maio de cada ano”.

Esse engajamento repercutiu o ascenso do movimento de renovação pedagógica que assumiu a vanguarda no movimento social nos anos 1980 e 1990, articulando o debate salarial e pedagógico como parte da mesma reflexão sobre a melhoria da qualidade da educação pública. A defesa da escola pública, de qualidade, comprometida com a maioria da população e a construção de políticas de valorização profissional são pontos comuns em todas as pautas e lutas.

Essa capacidade de resistência da Rede tem retardado a implementação de políticas gerencialistas, apesar de não conseguir impedir o avanço dessas concepções nas políticas governamentais e nas escolas, e enfrentar um momento de forte opção pelo campo jurídico, que avaliamos como reformista e nada ousado, resultado da redução do debate político geral e no campo pedagógico e da inflexão na organização no local de trabalho.

Contudo, tem mantido conquistas, avançado em novas, mas também sofrido derrotas. Quatro delas, que afetam profundamente a organização do trabalho e a própria identidade profissional são: o fim da carreira docente unificada; a terceirização do trabalho dos/as auxiliares de escola; o fim do tempo coletivo e a mudança do período de férias. Essas mudanças alteram o ritmo do trabalho e as relações no local de trabalho.

A ruptura da carreira docente, em 2003, com a modificação do Plano de Carreira, a partir da criação do cargo de Educador Infantil separado do cargo de Professor Municipal, reavivou o debate sobre o valor do trabalho docente nos anos iniciais da educação básica. Esse debate foi central durante as décadas de 1970 a 1990, cuja principal reivindicação era o pagamento conforme a habilitação docente, independentemente da etapa de atuação. A consolidação da unificação da carreira docente, conquistada em 1990 e regulamentada no Plano de Carreira da Educação Municipal, em 1996, é considerada uma das maiores conquistas da categoria. Portanto, a sua ruptura representa um retrocesso, um rompimento com a legislação vigente e um ponto vital de enfrentamento com o governo municipal.

O processo de terceirização da contratação dos/as trabalhadores/as responsáveis pelas atividades de limpeza, alimentação, portaria e vigilância, iniciado a partir de 1990, através de empresas, é amplificado após 2003, via contratação pela Caixa Escolar, incluindo as monitorias do projeto Escola Integrada e acompanhantes de crianças de inclusão. Com isso, as escolas convivem com uma situação de diferenças significativas de relações trabalhistas entre os/as profissionais das escolas, pois a terceirização, pelo Caixa Escolar, implica um enorme contingente de trabalhadores/as sem plano de carreira e sem os mesmos direitos trabalhistas

dos/as concursados/as.²⁵ Essa situação repercute na gestão democrática da escola e dificulta a formação de um coletivo de trabalho com ação pedagógica articulada.

Essas alterações na organização do trabalho escolar e na carreira da educação vêm acompanhadas, desde 2006, do fim das reuniões pedagógicas coletivas dentro do horário de trabalho.²⁶ Avaliamos que o fim do tempo coletivo teve, e ainda tem repercussões fortíssimas no trabalho das escolas. Na verdade, ele significou a ausência de tempo para pensar coletivamente a prática pedagógica, para formular, elaborar, construir alternativas de intervenção pedagógica para cada ciclo, refletir sobre os problemas enfrentados no processo de ensino e aprendizagem dos/as estudantes, construir estratégias de trabalho com a infância e a juventude. Outro elemento vinculado ao tempo é o calendário escolar. O formato de calendário escolar, imposto pela Smed, é um controle da escola, através do tempo, que tem como consequência o aumento de licenças médicas, pois há limites físicos e emocionais, para suportar os problemas vivenciados cotidianamente nas escolas.

Essas políticas deterioram as condições de trabalho e dificultam a construção de relações democráticas no espaço escolar. Neste sentido, urge a reconstrução dos espaços de participação da gestão democrática, a partir da rearticulação dos movimentos sociais para a intervenção nos Colegiados, nas Assembleias Escolares, Conselhos e nas Conferências, para que sejam efetivamente espaços públicos de debates e de decisões, e não meras instâncias de instrumentalização da vontade governamental. Assim como a reconstrução do SindRede/BH como organização sindical plural, democrática, capaz de consolidar-se nos locais de trabalho e aglutinar a diversidade das demandas dos distintos setores profissionais, bem como reconstruir sua relação com os diversos movimentos sociais da capital mineira.

-
- 25 Escola Integrada é um programa da PBH que visa estender o tempo de permanência dos estudantes na escola. Parte dos recursos do programa são próprios e outra oriundos do programa federal Mais Educação.
- 26 Em 1990, as reuniões pedagógicas foram aprovadas como o formato de organização do tempo coletivo para as escolas dos anos iniciais do ensino fundamental. Para as escolas de quinta a oitava série e segundo grau, a forma organizativa definida foi o tempo de projeto de 5 horas/aula. A partir do projeto Escola Plural, em 1995, as reuniões pedagógicas foram se constituindo como a forma de organização do tempo coletivo das escolas municipais. Com isso, o corpo docente conquistou 4 horas/semanais de projeto individual e 2 horas/semanais de reunião coletiva, dentro da jornada de trabalho. Em 1997, a Secretaria Municipal de Educação tentou alterar o formato das reuniões pedagógicas através da Portaria 008/97, reduzindo-as para 50 minutos semanais. Em 2005, a PBH conseguiu impor o fim das reuniões pedagógicas a partir do segundo semestre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, José Clovis. “Estado, planejamento e democratização da educação”, D. B. Souza & L. C. Faria (orgs), *Desafios da educação municipal*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FARIA, L. C. (orgs). *Desafios da educação municipal*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BALL, S. J. “Profissionalismo, gerencialismo e performatividade”, *Cadernos de Pesquisa*, Vol. 35, n. 126, set-dez 2005.
- BALL, S. J. “Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade”, *Revista Portuguesa de Educação*, Vol. 15, n. 2, Braga, Universidade do Minho, Portugal.
- BERTOLINO, Osvaldo. Da CUT a CTB. <http://www.outroladodanoticia.com.br/da-cut-a-ctb.html> <Acesso em 14.01.2013>.
- CALDERÓN, Adolfo Ignácio & Vlademir Marin. “Participação popular: a escola como alvo do terceiro setor”, in D. B. Souza & L. C. Faria (orgs), *Desafios da educação municipal*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- COLETIVO FORTALECER. www.coletivofortalecer.blogspot.com 
- COLETIVO TRAVESSIA. www.redetraessia.blogspot.com. 
- CORRÊA, João Jorge. “As eleições para diretores na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte – MG, no período de 1989 a 1994”. Campinas: Faculdade de Educação/ Universidade Estadual de Campinas, 1995, dissertação de mestrado.
- CSD – CUT Socialista e Democrática. www.csd.org.br. 
- CSP-CONLUTAS. Central Sindical e Popular. cspconlutas.org.br. 
- CTB. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. <http://portalctb.org.br/site/>. 
- CUT. Central Única dos Trabalhadores. www.cut.org.br. 
- DALBEN, Ângela I. L et alii. *Avaliação da implementação do projeto político-pedagógico Escola Plural*. Belo Horizonte: Game/FAE/UFMG/Segrac Editora, 2000.
- FELDFEBER, Myriam & Dalila Oliveira (orgs). *Políticas educativas y trabajo docente: nuevas regulaciones, nuevos sujetos*. Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas, 2006.
- GASPARINI, Sandra Maria. “Transtornos mentais em professores da rede municipal de ensino de Belo Horizonte”. Belo Horizonte: Faculdade de Medicina/UFMG, 2005, dissertação mestrado.
- GONÇALVES, José Alberto M. “A carreira das professoras do ensino primário”, in Antônio Nôvoa (org), *Vidas dos Professores*. Porto: Porto Editora, 1992.
- HIRATA, Helena & Margaret Maruani (orgs). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- INTERSINDICAL. Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora. www.intersindical.org.br/. 

- _____. Instrumento de luta, unidade da classe e de construção de uma central. intersindical.inf.br/ 
- LOUREIRO, M. I.  “desenvolvimento da carreira de professores”, inT. Estrela (org), *Viver e construir a profissão docente*. Porto: Porto Editora, 1997.
- MANDEL, Ernest. *Controle operário, conselhos operários, autogestão*. São Paulo: Centro de Pastoral Vergueiro, 1988.
- MARRONI, Fernando. “O servidor público enquanto cidadão”, *Teoria e Debate*, dez 93.
- MILHOMEM, Gumercindo. “Que sindicato?”, *Teoria e Debate*, n. 7, jul-set 1989.
- MIRANDA, Shirley Aparecida de. “O movimento de constituição da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (1897-1992): progressivo avanço do direito à educação”. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2005, dissertação mestrado.
- MTS – Movimento por uma Tendência Socialista (CUT) <http://www.pstu.org.br/intervencao/sindical/sindical.htm> Untitled Document <http://groups.yahoo.com/group/socialismo/message/413>. <Acesso em 18/01/2013>. 
- OCDE. *Le rôle crucial des enseignants: attirer, former et retenir des enseignants de qualité*, 2005.
- OLIVEIRA, Ivan de. *Um pouco da história das tendências do PT*. <http://www.ivanoliveira.com.br/blog/politica/94-um-pouco-da-historia-das-tendencias-do-pt.html> <Acesso em 18.01.2013>. 
- RAHME. Mônica Maria Farid. “Trajetórias profissionais de educadores e formação em serviço: o caso do Cape (1991-2000)”. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002, dissertação de mestrado.
- ROCHA, Maria da Consolação. “Magistério Primário: uma fotografia da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte”. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996, dissertação de mestrado.
- _____. “Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho – uma análise da experiência de Belo Horizonte”. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2009, tese de doutorado.
- ROCHA, Wanderson Paiva. “A CUT nos governos Lula e a reestruturação sindical: o caso do SindRede/BH”. Coimbra: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2011, dissertação de mestrado.
- SANDRI, Adriano. *Concepções sindicais no Brasil*. Belo Horizonte: Gefasi, 1990.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE/RS. Documento de apresentação da articulação sindical Cut Pela Base, firmado por Artur Machado Scavone. Cut pela Base - c4.4. AHSBPOA (Arquivo Histórico Sindibancários) - <http://memoria.arxiusdobrasil.com.br/?p=digitallibrary/digitalcontent&id=84> <Acesso em 18/01/2013>. 
- SILVA, Maria Clemêncio de Fátima. “Bolsos cheios de tempos: uma leitura dos tempos tra-

mados e vividos na educação de jovens e adultos". Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005, dissertação de mestrado.

UNESCO. *Recomendação relativa à condição docente*, aprovada pela UNESCO em 1966.

